

Mercado Solidário: como resolver a quadratura do círculo?

Prof. Armando de Melo Lisboa (UFSC)

1. Originalmente, mercado é o lugar onde se comercializam, em pequenas quantidades e a preços estabelecidos, os artigos de primeira necessidade. Fundamentalmente, os mercados de vizinhança são tão antigos quanto a própria humanidade. É bom recordar que a *ágora*, lugar público central nas cidades gregas onde nasce a idéia de democracia e autogoverno, era a praça onde tanto se fazia o comércio, quanto se realizavam as assembléias do povo.

Entretanto, com o surgimento de uma grande burguesia e a expansão do comércio exterior, o qual progressivamente penetra nos mercados locais, impulsionada pela ação do Estado mercantilista e pela expansão colonialista a partir do séc. XVI, o mercado transformou-se no mecanismo da “**mão invisível**” que automaticamente coordena e regula a ordem social. Sem a ação daquelas forças não se teria generalizado o princípio do mercado nem teria sido alavancado o capitalismo. As linhas de poder colonialistas, perfazendo uma geográfica divisão econômica entre centro e periferia, alimentaram e alimentam a formação dos grandes grupos econômicos, desvelando que os preços são frutos do uso da força e a antigüidade da troca desigual.

É falsa e enganosa a tese de uma evolução natural e espontânea do “mercado físico” a “mercado princípio” apregoada pela Teoria da Modernização e pelo Liberalismo, onde a economia de mercado está no topo evolutivo. A transformação dos mercados locais numa economia de mercado pretensamente auto-regulável foi produzida politicamente, não resultando da evolução gradual destes para os âmbitos nacional e internacional.

2. Esta noção abstrata de mercado enquanto um mecanismo auto-regulado através de preços gerados pelo jogo da oferta e da demanda não corresponde a realidade da economia moderna. Mesmo nos países capitalistas é impossível ignorar o papel fundamental dos elementos institucionais, da herança cultural e do contexto moral, das relações de poder e os graus crescentes de monopólio que interferem nos “automatismos”, levando a que grande parte dos preços (especialmente dos preços das mercadorias fundamentais: mão de obra, tecnologia, petróleo, energia, minérios ...) sejam fixados administrativa e

politicamente a partir de negociações nem sempre transparentes. Os preços são resultados de correlações de forças e de crenças compartilhadas, sendo muito raramente estabelecidos de forma objetiva por alguma mão invisível que se guia apenas pelo cálculo do máximo interesse.

Mercado não é uma abstração que age mecânica e deterministicamente, pois a história não se conforma às leis da economia pura, mas também é moldada pelas forças antisistêmicas, pelos contramovimentos da sociedade. Inclusive dentro do capitalismo sempre existiu uma regulação política do mercado e esta evolui historicamente: vide o caso da proibição do amianto; das disputas em torno do tabagismo; das leis de controle dos cartéis; das leis de proteção a economia local; da afirmação de um código de ética no turismo condenatório do turismo sexual; a luta em torno da internalização dos custos ambientais; o debate em torno das cláusulas sociais do comércio, e o consenso contra a escravidão e a não exploração de crianças no trabalho, contra o comércio de decisões judiciais ou armas nucleares. Existem transações bloqueadas: nem toda forma de competir é válida.

3. Entretanto, modernamente a idéia de mercado enquanto mecanismo de alocação de recursos através da oferta-demanda regulado por preços flutuantes, se confunde com a utopia do mercado proclamada pelo liberalismo. Esta aspira uma **sociedade de mercado** auto-regulada sem mediações políticas, cujo arquétipo está na afirmação de Margaret Thatcher: “*não existe esta coisa chamada sociedade*”, existem apenas os indivíduos e seus interesses.

Contrariamente ao mundo desenhado nos modelos de economia pura *à la* Escola de Chicago (F. Hayek, 1899-1992; G. Becker), a qual considera que todo o comportamento humano – até o amor – é orientado pelo cálculo custo-benefício), muitos são os que alertam – como a Escola de Cambridge (Keynes, 1883-1946, A. Sen; E. Fonseca) ou mesmo capitalistas como G. Soros – que uma sociedade desprovida de considerações éticas e regida apenas pelo puro utilitarismo, onde os relacionamentos fossem apenas transações, instalar-se-ia um clima de vale-tudo que conduziria a extinção da sociedade e, obviamente, a eliminação dos próprios negócios.

Evidentemente, uma sociedade de mercenários ou formada por psicopatas sem sentimentos é uma impossibilidade, pois seria uma sociedade de idiotas (do grego *idios* = próprio, privado): seres totalmente absorvidos pelos seus interesses egoísticos.

4. As características e o significado do mercado se alteram quando seus princípios são os predominantes. Na distinção de Tönnies (1855-1936), na *Gemeinschaft* (onde as instituições são personalizadas, baseadas no parentesco), as interações “econômicas” são realizadas numa relação cara-a-cara. Já na *Gesellschaft*, as trocas são impessoais e instrumentais, predominando um individualismo-possessivo.

No passado os mercados estavam regulamentados em enclaves específicos controlados por autoridades políticas, e se limitavam em geral a comercializar produtos acabados e alguns insumos, não incluindo a mercantilização dos processos de produção. Somente com o desenvolvimento do capitalismo é que ocorre a transformação em mercadoria dos principais insumos do processo produtivo, os quais passam a ser regulados por preços flexíveis estabelecidos pelos jogos de poder e da concorrência. Como atualmente a maioria das transações envolve trocas entre produtores situados ao interior da longa cadeia produtiva, o mercado realmente existente está longe da simplista imagem de lugar de encontro entre produtores e consumidores finais.

O surgimento da economia capitalista é coetâneo com mudanças profundas na organização social, pois exige a plena disponibilidade dos recursos produtivos, isto é, que eles sejam transformados em mercadorias desembaraçadas de quaisquer restrições. Isto possibilita aprofundar a divisão social do trabalho, com decorrente maior diferenciação de papéis sociais e aumento na produtividade. O trabalho separa-se da economia doméstica, surgindo uma divisão sexual acentuada no mesmo, transformando-se num produto comercializável.

Organizar a economia através de um mercado orientado apenas para o máximo ganho pressupõe uma transformação dos elementos centrais da vida social: além do ser humano, também a natureza e o dinheiro são transformados em mercadorias, passando a ser, no caso dos dois primeiros elementos, denominados pela teoria econômica de “terra” e “trabalho”. *“Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria*

vida que, por sua vez, não é produzida para a venda. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais" (Polanyi, 1980). Como eles não são, substantivamente, mercadorias, tal transformação degrada-os e ameaça a própria vida.

5. A existência de um mercado que estabelece preços é a própria expressão da autonomia da esfera econômica. Para Polanyi (1886-1964) a civilização moderna é a primeira sociedade onde a economia, através do sistema de mercado, se encontra diferenciada e tendo prioridade em relação aos demais sub-sistemas sociais e à própria sociedade. Na maior parte da história humana as economias estavam incrustadas, embebidas no todo da sociedade, ou seja, a serviço de finalidades sociais consideradas supremas. A peculiaridade da nossa civilização é ela se entrelaçar de forma quase indissolúvel com a economia capitalista ao erigir o anseio de acumular riqueza como finalidade máxima, liberada de restrições. Como é óbvio, o conceito de capitalismo está centrado no capital: a lógica primordial do capitalismo é a auto-expansão do capital. Acumula-se capital simplesmente para que se possa acumular mais capital.

Capitalismo é uma palavra tardia que somente se generaliza com Hobson (1858-1940) e Sombart (1863-1941) ao final do séc. XIX e início do XX. Marx (1818-83), embora fale em “capitalistas” e utilize o adjetivo “capitalista”, não a utilizou como substantivo, restringindo-se a discutir de forma precisa o “modo de produção capitalista”, um modo de produção onde o capital tem a primazia. Não é o mercado o eixo do capitalismo, mas o capital, um conjunto de coisas dominadas pelo poder dos proprietários voltadas para a busca de valorização de si próprias, envolvendo relações sociais que são estabelecidas para alcançar esta acumulação de mais capital. O capitalista é o elemento dominante porque, tendo maior mobilidade, está menos sujeito à “*lenta compulsão das circunstâncias*” (Marx) – isto é, à fome – além de poder manipular os preços.

Entretanto, esta ação voraz e maximizadora do capital se realiza pela capacidade que este tem de multiplicar o valor de troca através do comércio de mercadorias. Ou seja, se realiza

no mercado (como na célebre fórmula de Marx: D-M-D'), gerando a grave confusão e imprecisão de se falar indistintamente de "economia capitalista" e "economia de mercado" como se fossem sinônimos. O capitalismo é a primeira manifestação da sociedade de mercado, nascendo com o advento da mesma. Apesar do capitalismo ser impelido pela mercantilização da vida quotidiana, capitalismo e mercado não são sinônimos. Não custa repetir o óbvio: o espaço do mercado, das trocas, sendo tão antigo quanto a própria humanidade, é anterior ao capitalismo e provavelmente deverá superá-lo (se sobrevivermos).

6. A arquitetônica casa braudeliana com três pisos ajuda a esclarecer: o capitalismo não abrange toda a economia mercantil, mas situa-se no interior de um conjunto mais vasto, onde ele ocupa a posição mais elevada. No andar intermediário temos a vida econômica de concorrência dos mercados. Já na base subjaz a "vida material" rotineira e que se encontra em toda a parte. É a infra-economia, a metade informal da atividade econômica, o mundo da auto-suficiência e das trocas num raio muito curto.

O domínio do capitalismo é o mundo das grandes firmas, do poder, dos monopólios e da especulação, erguendo-se acima da vasta superfície dos mercados. É a zona do contra-mercado, o reino dos mais fortes. Mais que uma distinção, Braudel (1902-85) vê uma oposição decisiva entre capitalismo e mercado, onde o capitalismo, sem eliminar completamente a livre concorrência da economia de mercado, se alimenta dela. A competição mina os monopólios. No capitalismo existe um parasitismo social, uma acumulação de poder de forma que a troca se baseia numa relação de força, mais do que na reciprocidade. As transações capitalistas dependem decisivamente dos vínculos de comunidade e de confiança, as quais reduzem significativamente os custos de transações.

7. Complexificando um pouco mais em relação a Braudel, analiticamente distingue Santos (2000) seis espaços estruturantes da sociedade: espaço doméstico, da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e espaço mundial. Cada um destes espaços é irredutível a outro, entretanto todos eles são multidimensionais, interpenetram-se e estão entranhados uns nos outros. A produção, por exemplo, não se restringe ao espaço produtivo, mas tanto carece dos outros espaços para se efetivar, quanto sua presença pode

ser reconhecida nos demais. A dinâmica da reprodução social ultrapassa a dinâmica específica relativamente autônoma que cada espaço possui, as quais nem sempre são compatíveis entre si.

Além disto, esta pluralidade de campos sociais é transpassada pelas dimensões da cultura, da economia, da política, do direito e do conhecimento. Isto é, encontramos em cada um dos 6 espaços estruturais diferentes formas culturais, formas econômicas, formas políticas, formas jurídicas e formas epistemológicas.

Só podemos apreender a sociedade pela sua totalidade, pelo conjunto de todas suas múltiplas dimensões, as quais configuram uma resultante que é melhor designada pelo seu caráter civilizacional. Em nosso caso denominamo-la de civilização ocidental-moderna. Chamá-la de capitalista seria confundir a ampla dinâmica civilizatória com um dos recortes analíticos da mesma. Ainda que a sociedade moderna esteja envolvida pela economia, ela é um feixe de diferentes dimensões estruturais onde nenhuma tem a primazia total (não há um princípio único de regulação). O capitalismo não abrange toda a reprodução material da vida social. Não há, portanto, uma única economia, capitalista, mas economias, inclusive aquelas solidariamente orientadas e que também podem se inserir no mercado. Apesar da sociedade de mercado, o mercado não regula uma grande parte de nossas vidas. Nem tudo está no mercado e tem um preço! Mesmo sob o capitalismo – esclarece Castoriadis – a sociedade não se transformou em pura sociedade econômica a ponto das demais relações serem prescindíveis. As relações econômicas, ainda que hegemônicas, não são possíveis sem as demais relações sociais, não sendo um sistema completamente autônomo e independente.

Apesar disto, mesmo sem a ocorrência de uma determinação causal absoluta, o capitalismo é a forma econômica hegemônica que, alavancada particularmente no espaço da produção (onde reina como modo de produção dominante) e formatado enquanto economia de mercado, atualmente subordina e se apropria de todos os espaços estruturantes da sociedade, bem como as demais dimensões, impondo sua lógica de valorização.

Se o capitalismo não é o conjunto social envolvendo toda a economia e toda a sociedade, tampouco é simplesmente um “modo de produção”: ele vive da ordem social, bem como o dinamismo da empresa capitalista é um difusor privilegiado do mundo moderno. O entrelaçamento do projeto da modernidade com a dinâmica capitalista conferiu ao capitalismo uma robustez social e cultural que o fez ultrapassar largamente o campo do econômico.

8. Convergentes a partir do século XIX, a vida societal moderna ocidental e o capitalismo possuem dinâmicas diferenciadas. A primeira é muito anterior ao capitalismo se tornar o modo de desenvolvimento dominante, podendo desaparecer antes do capitalismo perder seu domínio.

De uma forma incrível, o capitalismo, apesar de ser a mais ampla manifestação do processo civilizatório da modernidade urbana-industrial, macabramente se fortalece e se reproduz com a guerra, as catástrofes ambientais e a fome. Cada vez mais o capital apropria-se de modo auto-destrutivo tanto da força de trabalho quanto da natureza, perfazendo uma degenerativa reprodução ampliada do capital. Este caráter tétrico e vampiresco de um capitalismo que se robustece com a decomposição da vida agrava os nossos dilemas. Paradoxalmente, vivemos uma grave crise civilizacional conjugada com uma simultânea “prosperidade” capitalista, confusão que torna mais trágica a encruzilhada civilizatória em que nos encontramos, pois, diante da maior abundância material da história, fica difícil perceber a profundidade das dores dos impasses contemporâneos.

Mas, esta diferença entre sociedade e capitalismo abre também espaços para sociabilidades alternativas, para outros modos de vida. Para Gorz, os caminhos de ultrapassagem do capitalismo passam por potencializar ao máximo esta brecha, alargando esta zona de não identificação entre o capitalismo e a subjetividade em seu entorno. A emergência da Economia Solidária é sintoma desta transição civilizatória. A economia capitalista de mercado não é o destino inexorável da sociedade humana.

9. Momento decisivo da presente transição civilizacional encontra-se nas revoltas de 1968 (quando culminam as lutas operárias contra a exploração do trabalho taylorizado, a recusa

da juventude ao regime disciplinar e a luta contra a guerra do Vietnã), mas esta também origina-se na pressão do movimento ecológico e, paradoxalmente, no ingresso das mulheres no mercado de trabalho concomitantemente com a onda dos movimentos feministas. As transformações culturais – que vão tornar obsoletas e ineficientes o velho paradigma produtivo fundado na disciplina do comando hierárquico, obrigando o capitalismo a se transformar e acelerar a revolução tecnológica e organizacional – também se entrelaçam com os novos avanços na compreensão da vida, com o reconhecimento de que tudo está interligado e subsiste numa teia de relações (seja afirmado pela Teoria do Caos através do célebre Efeito Borboleta; seja posto pela concepção do caráter trans-individual da existência por correntes psicanalíticas; ou seja pela redefinição da divisão sujeito-objeto com a demonstração do Princípio da Incerteza de W. Heisenberg, 1901-1976), permitindo que a pessoa humana se veja como parte de um todo maior.

Adequando-se a nova condição humana “pós-moderna”, as atuais tecnologias de comunicação e cibernética só são eficientes quando animadas por subjetividades produtivas, sendo incompatíveis com a organização fordista e taylorista do trabalho. Daí que progressivamente a produção torna-se indistinguível da reprodução da vida, alavancando as formas de **socioeconomia**, particularmente as solidárias. Aos poucos muitos constataam que estamos diante de novas lógicas de poder, como o fazem Foucault (1926-1984), Negri e Hardt, para os quais o poder nos tempos atuais age por uma forma biopolítica pois é imanente a própria subjetividade e inseparável dos corpos dos indivíduos, regulando a vida social por dentro. “**O pessoal é político**”, conclamam os movimentos feministas, enquanto que Holloway polemicamente defende a tese de “*mudar o mundo sem mudar o poder*”.

Cada vez mais estamos envolvidos em redes produtivas que requerem uma forte integração como condição de desenvolvimento do seu potencial. Nelas o valor não se regula apenas pela escassez, mas resulta duma lógica de abundância e compartilhamento que permite dar e receber mais. Numa economia de rede, quanto mais e melhores conexões, melhor fluem e se desenvolvem os fluxos dentro da rede, fortalecendo-a cada vez mais. É uma economia do sinérgico onde valioso são os relacionamentos, as parcerias. Adentramos numa era em que

grande parte da informação flui livre e instantaneamente. A informação é um tipo de mercadoria especial, pois quem a possui e a repassa continua de posse da mesma, se aproximando, parcialmente, da lógica da dádiva: a disponibilização da informação ajuda a criar confiança e credibilidade. Nesta era da informação a inteligência, a riqueza e o poder são crescentemente coletivos, nascem do compartilhamento e não da posse.

Como hoje produzir significa, cada vez mais, construir comunalidades de cooperação e comunicação, participamos de uma comunalidade mais radical e profunda que aponta para um modo social e solidário de produção. Com a multiplicação das redes e a descoberta da sinergia da ação coletiva, “*a fraternidade se imporá*”, prevê Attali. O trabalho cooperativo e imaterial envolve um forte componente de afetividade, de contato e interação humanos, de cuidados mútuos. Num mundo de fartura onde a escassez é socialmente produzida, o verdadeiro fator escasso é o carinho e a atenção humana. Refaz-se o laço entre trabalho e cuidado rompido com o domínio patriarcal e que abriu espaço para o desenvolvimento do capitalismo. Diante desta nova realidade, a “*engenharia do laço social*”, como Lévy denomina a arte de suscitar coletivos inteligentes e cooperativos e desenvolver a “*economia das qualidades humanas*”, é decisiva.

As transformações societárias que vivemos fazem emergir a busca por novas formas de viver e uma nova subjetividade, reavivando e impulsionando o sentimento de solidariedade, agora com nova importância e alcance, pois deixa de estar restrito às tradições, à uma perspectiva classista ou às relações pessoais. Ao constataremos o erro de querer liberar o indivíduo da comunidade, não precisamos rejeitar todo o programa iluminista, mas renová-lo e ampliá-lo através da liberação mais difícil, porém muito mais fundamental, que é a liberar a própria comunidade e descobrir a multiplicidade da mesma. Assim como Mounier (1905-1950), também Guattari (1930-1992) e Negri entendem que “*comunidade e singularidade não se opõem*”. Se há algo de irreversível na autonomização do indivíduo, cabe compreendê-lo enquanto membro da comunidade e construir comunidades livres, plurais e abertas. Trata-se de afirmar um processo emancipador que não se reduz a uma liberdade privatizada, “*mas a liberdade da auto-identificação com a história e a comunidade*” (Morse).

10. A força da solidariedade irrompe por todo o tecido social com a emergência do Terceiro Setor, da Empresa Cidadã e da Economia Solidária (ES), convergindo ainda com a contemporânea afirmação da terceira geração dos direitos que proclamam a solidariedade planetária com todas as formas de vida (os direitos coletivos da humanidade, difusos, transfronteiriços e das futuras gerações: à qualidade de vida; à integridade ecológica; à paz e ao acesso ao patrimônio tecnológico e cultural universal). A solidariedade deixa o plano subjetivo e interpessoal e alça-se politicamente, como uma nova racionalidade diferenciada da razão cartesiana-econômica moderna, interagindo e reestruturando o espaço público e o mercado, superando a dualização social e rompendo com a estúpida dicotomização entre a igualdade e a liberdade. Entretanto, a solidariedade no momento é campo de disputa entre os diversos atores, e a resultante bem pode ficar cativa apenas do discurso e das boas intenções, levando a uma sociedade de liberdade (para poucos), desigualdade (cada vez maior) e um grande simulacro de solidariedade.

As tentativas, nestes últimos dois séculos, de construir a sociedade apenas em torno da justiça ou da liberdade se degeneraram. Resta-nos no novo milênio trilhar o caminho da solidariedade, sem renunciar as outras duas dimensões. Talvez seja a solidariedade que permita costurar o imprescindível amálgama entre ambas. No quadro da heterogênesse das relações sociais, estamos constatando a emergência de uma base produtiva possuída por uma racionalidade sincrética, a qual permite construir uma sociedade justa conjugando as três virtudes básicas, todas complementares, posto que insuficientes em si mesmas.

A crescente afirmação da solidariedade sinaliza o esgotamento da vertente iluminista-solipsimista (e predominantemente anglo-saxã) da modernidade, indicando uma transição civilizatória. Nesta transição evaporam-se a diferenciação entre a dimensão pessoal e as macro-sociais, entrelaçam-se o subjetivo e o objetivo, razão e emoção, economia e solidariedade. O reconhecimento atual da ES indica que a solidariedade deixa de ser um adjetivo descartável ou restrito às relações pessoais, mas se apresenta como eixo de um projeto societário alternativo ao capitalismo. Neste a transformação social é produto de um rechaço ético-político, e não meramente uma decorrência automática do desenvolvimento

das forças produtivas, das contradições objetivas, da força das armas ou de um resultado eleitoral. Ou seja: a ética é uma dimensão fundamental da ação política. Assim como Davi frente a Golias, a luta e o protagonismo da multidão se sustentam na força dos valores morais, na negação ética da ordem vigente e na opção por uma ordem alternativa.

Negri e Hardt insistem que o “**Império**” age pela corrupção, está impregnado em cada um de nós, sendo sustentado pela nossa adesão a um “modo de vida consumista”. Entretanto, sempre consumimos para viver, e, numa sociedade de complexa e profunda divisão do trabalho, necessariamente consumimos mercadorias. O que está em questão não é o consumo ou o mercado, mas é o padrão de consumo: qual o estilo de vida que adotamos? Que tipo de mercadorias consumimos? Que tipo de mercado construímos? Os consumidores somos importantes acionistas anônimos da grande máquina, mas, em geral, temos a possibilidade da escolha: mesmo dentro do capitalismo e do mercado existente, há opções de mercadorias metabolicamente diferenciadas, que se inserem em lógicas solidárias e/ou locais, comunais.

Daí que para Negri e Hardt construir o **contra-Império** é construir um novo modo de vida, uma outra maneira de viver que cosmopolita e cooperativa. É reapropriar-se dos meios de produção biopolíticos, ou seja, dos afetos, dos corpos e dos desejos, de todas as ações da vida cotidiana (revolução molecular). O império só pode ser enfrentado com um contra-**Império**, pelo poder da **multidão**, ou seja: uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. A construção duma alternativa ao Império terá lugar no próprio terreno imperial (no duplo sentido: no mercado, e no espaço mundial. Refugiar-se no campo local/nacional é não estar a altura dos desafios do tempo presente).

Este poder do infinitesimal, que gera a imensa força da ética na vida contemporânea, acentua a importância dos consumidores na dinâmica social. “*Você faz toda a diferença!*”, é o slogan de campanhas do comércio justo. O crescente papel ativo dos cidadãos que atualmente se projeta não se limita ao poder dos consumidores, mas também diz respeito ao seu agir enquanto poupadores/investidores, alimentando os bancos cooperativos e o circuito financeiro solidário (ainda que relativamente pequenas face a dimensão do sistema

financeiro, já existe um bom acúmulo de experiências, especialmente na Europa, mas também no Brasil com as cooperativas de crédito).

11. Ao aceitar o desafio do mercado, a ES muitas vezes se descaracteriza, mas a principal garantia que lhe dá segurança de enfrentar o canto de sereia mercantil é estar fundada num processo econômico metabolicamente distinto do capitalista, num controle genuinamente social sobre os meios de produção realizado por indivíduos cooperativamente associados. Um outro mercado solidário, por ser um mercado controlado socialmente, por pautar uma “economia da simplicidade” e estar vinculado à lógica da vida, aponta para um controle social sobre a economia. Isto possibilita, paradoxalmente, romper com a mercantilização total da vida, representando uma grande transformação semelhante à visualizada por Polanyi. A Economia Solidária faz parte de movimentos sociais mais amplos, de uma intensa corrente antiutilitarista que luta pela reintegração da atividade econômica nas relações sociais através da desmercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Talvez nunca encontremos um caminho para o paraíso, mas com certeza ele não dista da percepção de que a administração sinérgica dos recursos da Terra é o caminho para uma sociedade sustentável, livre e criativa.

Não se pode interpretar a persistência das relações econômicas mercantis simplesmente como um triunfo do *laissez faire*. Apesar da grande transformação, os mercados continuam sendo um espaço sociológico e antropológico, uma forma de socialização onde ocorrem encontros, trocas de informações, e não apenas transações utilitariamente orientadas. Historicamente o mercado teve um papel civilizador. Braudel (1996) o reconhece ao afirmar que sem mercado “*não haveria economia (...) mas apenas uma vida ‘encerrada’ (...). O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo.*”. Ainda hoje o “mercado público” designa um espaço central de socialização em nossas cidades, o lugar que dá cores, cheiro, identidade, alma as mesmas.

O mercado é um dos *locus* estruturantes da sociedade moderna, é o espaço das mercadorias, o lugar da distribuição e do consumo. A “*superação da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados*”, afirma Polanyi, o que nos leva a

diferenciar “**sociedade de mercado**” de “**sociedade com mercado**”. Tanto a **mercadofilia** liberal que quer abolir a política, quanto a **mercadofobia** que inversamente busca eliminar o mercado, são incapazes de perceber que o mercado é uma realidade humana sempre politicamente construída (nunca trocamos qualquer coisa, de qualquer modo com qualquer um), sendo ambas visões inadequadas para fazer face ao desafio da regulação social dos mercados.

Porém, aceitar a dinâmica da competição em busca de benefícios é reconhecer a necessidade de submeter-se a uma certa arbitragem por parte dos consumidores, e admitir algum grau de indeterminação e imprevisibilidade na economia. Uma economia com mercado tem, necessariamente, um certo nível de auto-regulação. É a recusa do consumidor que força os produtos transgênicos a sumirem das prateleiras: as linhas de produção não são fixadas meramente pelo planejamento, mas se adaptam às preferências demonstradas pelos consumidores. Hoje distinguimos a força crescente do **consumo solidário**, onde os consumidores ao selecionarem produtos, engendram uma economia justa e sustentável. Evidentemente, a tal da “soberania do consumidor” é muito relativa, não passando em geral de pura mistificação ideológica, pois os jogos de *feedback* aqui são muito fortes: a produção capitalista também induz seu próprio consumo, forjando e condicionando os desejos.

Em sociedades complexas em que o princípio da individualidade está indissoluvelmente entranhado, e onde o consumo tem uma forte amplidão, este não é adequadamente compreendido se definido como secundário face à produção. Trata-se de um antigo debate que se arrasta desde Malthus no seio da economia política. O consumo na modernidade é também uma forma de expressão individual e coletiva, estando grávido de elementos estéticos. Se em qualquer sociedade humana existe nos objetos uma dimensão simbólica inevitável, muito mais numa sociedade produtora de mercadorias. Consumimos não apenas para a satisfação de necessidades (valores de uso), ou em resposta à lógica da valorização das mercadorias (valores de troca), mas também significações (valor-signo) – como a de nos vincularmos socialmente (valor de vínculo). O consumo também pertence à ordem do ritual, é o mundo do glamour, da moda e do reconhecimento.

Quando, por ostentar marcas, grifes, o valor de um produto é várias vezes superior ao custo de produção, estamos diante da transformação do produto em fetiche. Na sociedade contemporânea, o mercado tem como vetor-eixo a lógica do fetiche das mercadorias. Para Baudrillard (1995) fetiche não é sinônimo de uma força mágica e sobrenatural, nem de “falsa consciência”, mas um conceito analítico que diz respeito ao **fascínio** que um objeto exerce decorrente dos jogos de signos e simulações em torno do mesmo. Quando se abre para um espaço maior onde não há o controle pleno dos produtores e consumidores associados, o feitiço da mercadoria passa a comandar. O princípio da fetichização é a forma de poder no espaço do mercado (Santos), é o modo como se realiza a produção quando se busca efetivá-la através da sua inserção no mercado total. Decorrente deste feitiço são derivadas trocas desiguais no mercado: paga-se a marca, consome-se a grife, vendem-se emoções. A fetichização impede a reciprocidade plena na troca mercantil, a limpidez generalizada das mesmas.

12. A Economia Solidária que temos se realiza no mercado. Ainda que busquemos articular redes, é competindo no mercado que nos encontramos. Entende Singer (2002) que a competição com os empreendimentos capitalistas desafia as unidades econômicas solidárias a superá-los, estimulando-as a se atualizarem tecnologicamente, a melhorar a qualidade e a se constituírem enquanto um modo de produção de fato superior.

Hoje a imprescindível construção de alternativas exige superar a estúpida dicotomia: “*o capitalismo sabe produzir, mas não sabe distribuir. No socialismo é o contrário*”. As exigências do tempo presente tornam obsoleto este dualismo e impõem uma racionalidade mais integrada. A economia solidária aponta um caminho para construir uma economia reintegrada na sociedade e na biosfera, voltada para a provisão da vida das pessoas, possibilitando superar o corrosivo economicismo da vida moderna.

Entretanto, há uma implicação profunda quando a economia solidária se afirma ao interior do espaço do mercado: neste caso, esta dinâmica de fetichização perpassa inclusive a própria economia solidária. Ainda que o mercado possa estar submetido ao controle social, mesmo assim ele tem o feitiço da mercadoria como dinâmica própria. Nem por isto ele deixa de alavancar relações emancipatórias e antisistêmicas. Ainda que se possa inverter a

relação mercadoria – ser humano – mercadoria (onde o valor da pessoa é medido pela mercadoria que reveste a mesma), que se possa superar a alienante sociabilidade capitalista, se permaneceremos no espaço do mercado (como está a ocorrer) algum grau de fetiche permanecerá presente.

Reveladoramente, uma das experiências exemplares da economia popular solidária brasileira, a cooperativa das costureiras do Conjunto Palmeira (Fortaleza), adota uma marca para suas roupas, a “Palma Fashion”, a qual se apresenta como “a grife do Banco Palma\$” (nome fantasia do setor de socioeconomia popular solidária da Associação de Moradores do bairro, ASMOCONP). É bom observar que os produtos da economia solidária, mesmo sendo produzidos solidariamente, necessariamente precisam de cuidados estéticos quanto a aparência e embalagens (aspectos típicos da fetichização), além de procurar ostentar selos sociais, ecológicos e de qualidade. Isto os faz revestidos por uma áurea que por si já lhes agrega mais valor e lhes permite um diferencial no e de mercado. Preços perfeitamente justos apenas são possíveis quando restritos às transações planejadas e coordenadas nos espaços de rede que se formam entre estes empreendimentos e os clubes de consumidores associados, uma vez que neles vigem relações de poder mais eqüitativas. Mas, uma coisa é a troca entre atores organizados, outra é quando o produto da socioeconomia solidária transforma-se em mercadoria a ser realizada no mercado.

13. Mercado é poder, é “*conluio para baixar salários e elevar preços,*” aos quais os trabalhadores “*reagem como podem*”, já dizia Smith (1723-90). As relações mercantis sempre envolvem relações de poder, como tudo que é humano. Os espaços de mercado que a ES conquista permitem o **empoderamento** daqueles historicamente excluídos, revertendo o processo vicioso pelo qual os pobres, por não terem poder, são pobres. Em países como o Brasil, onde é imensa a exclusão, o acesso aos mercados representa um ato de democracia e até de rebeldia.

O mercado, por estar imbricado em redes concretas de relações sociais, é inevitavelmente uma construção social, e por isto um campo de conflitos, sendo permanentemente recriado e ajustado. Os mercados, enquanto espaços de poder, estão distantes de serem realidades dadas naturalmente, não existindo de forma abstrata e universal. Assim, a emergência da

economia solidária nos espaços mercantis, não apenas significa a presença no mercado de outras orientações econômicas além das que apenas buscam a máxima valoração, mas representa também um profundo remanejamento das relações de força vigentes num mercado atualmente hegemônico pela lógica capitalista, construindo a possibilidade de uma maior democratização da economia e, portanto, da sociedade.

Os mercados propiciam também inúmeras oportunidades. A economia solidária trabalha com mercados crescentemente segmentados e com um imenso potencial de expansão. São mercados que revalorizam produtos com referência cultural, os produtos ecológicos e com selo social (com certificação de que respeitam os direitos da criança, por exemplo), bem como o artesanato torna-se uma *commodity* cada vez mais procurada. Além disto, o fortalecimento dos mercados locais e a constituição das redes de comercialização e de um mercado solidário entre os empreendimentos da economia solidária, abre e garante nichos de mercado que, assegurando seu próprio espaço sócio-econômico, darão força endógena e maior autonomia ao setor diante do movimento cíclico da economia capitalista.

Exatamente por entender que mercado é poder Razeto (1985) vislumbra a possibilidade de um mercado democrático onde o poder estivesse “*repartido entre uma infinidade de atores sociais*”. Este surgiria do crescimento do setor de economia solidária, paralelo à democratização do setor estatal (que ele denomina de mercado regulado) e a um maior controle sobre as tendências monopólicas e concentradoras do capitalismo.

14. Mesmo formando conexões entre os empreendimentos solidários, e também com os consumidores organizados, buscando o domínio das cadeias produtivas em que está inserida, a ES de algum modo se encontra inserida na divisão internacional do trabalho, encontra-se diante de cadeias produtivas globais e complexamente fracionadas que continuamente transpõem fronteiras. Assim, ao não rejeitar *in totum* o mundo moderno mas buscar ser uma alternativa de vida ao interior do mesmo, a ES não tece redes fechadas pois quer superar a sociedade de mercado através do próprio mercado. Desse modo, a concorrência se encontra no próprio seio da ES, em situações em que existindo produtos similares dentro das redes, se fizer necessário uma escolha entre os mesmos. Demonstram

Assmann e Sung (2000) que a lógica mercantil de premiar os melhores pode propiciar a melhoria dos produtos e serviços da própria ES.

A competição, quando direcionada por um *ethos* não individualista-possessivo e orientada pela dimensão da responsabilidade ecológico-social, além de estimular a inovação, proporcionar qualidade e multiplicar as energias produtivas, não traz os maléficos efeitos dos jogos de soma zero (mercados tipo “ganha-perde”) da economia cassino hoje predominante, o que significa ir além das virtudes clássicas do mercado. A ES é a afirmação da possibilidade de uma economia jogada com regras em que todos ganhem através duma simbiose entre cooperação/competição.

Reconhecer as virtudes do mercado não equívale torná-lo uma panacéia, pois a ES não ignora o seu caráter ambíguo: o mercado, quando não é socialmente direcionado, possui uma tendência excludente, ainda que simultaneamente inclua aqueles que passam pelo teste da competição. A legitimidade do mercado como instituição alocadora dos recursos, quando regulada politicamente, não se confunde com a falácia da excessiva confiança nos seus mecanismos, a qual gera graves e conhecidos problemas: i) tendência para a competição eliminar-se a si mesma (daí a necessidade de leis anti-monopólio); ii) caráter corrosivo do interesse particular sobre o contexto moral; iii) cegueira do mercado diante dos bens públicos e das externalidades causadas a natureza.

De certa forma, aceitar o mercado é aceitar a limitação da condição humana e renunciar aos sonhos megalomaniacos e patológicos de uma sociedade paradisíaca. Com propriedade adverte F. Dürrenmatt: “*Convém discernir entre o que é possível e o que é impossível para o homem. A sociedade humana jamais poderá ser justa, livre, social; ela pode apenas tornar-se mais justa, mais livre, mais social*”. Portanto, se há que limitar nossos sonhos, nem por isto há que abandoná-los, pois somos feitos da mesma matéria que estes. “*A renúncia ao melhor dos mundos não é, de maneira alguma, a renúncia a um mundo melhor*”, lembra Morin.

Há que tomar cuidado com a ilusão de que todos nossos problemas se solucionariam com base no altruísmo e solidariedade. Não basta a presença da solidariedade como código ético para surgir um modo alternativo de produção. Apesar da solidariedade ser, face aos dilemas contemporâneos, uma dimensão necessária e urgente, ela é, entretanto, insuficiente. Não se está a propugnar aqui um modo de produção puramente cooperativo, pois é saudável social e economicamente a coexistência dos princípios da competição e da cooperação. Se a sociabilidade sem a presença da dimensão solidária é geradora de uma perversidade sistêmica, em contrapartida a solidariedade, se erigida no único princípio de regulação social, também torna-se aberrante. Se o excesso de razão se perverte em desrazão, também ficamos cegos quando somente julgamos pelo coração. Precisamos nos precaver para o grave risco presente naqueles que afirmam o princípio comunitário de forma absoluta: as comunidades sofrem a permanente tentação do fundamentalismo, podem celebrar apenas a homogeneidade. Esclarece Godbout que a dádiva, forma de circulação predominante dentro da vida comunal, pode dissimular a obrigação e existir sob a forma de “dádiva-veneno”, acarretando a submissão do indivíduo ao jogo comunitário.

Bibliografia.

- Assmann, Hugo; Sung, Jung (2000). *Competência e sensibilidade solidária*. Petrópolis: Vozes.
- Attali, Jacques (1999). *Fraternités*. Paris: Arthème Fayard.
- Baudrillard, Jean (1995). *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro/Lisboa: Elfos – Edições 70.
- Braudel, Fernand (1996). *Civilização material, economia e capitalismo. Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fonseca, Eduardo (1993). *Vícios privados, benefícios públicos?* São Paulo: Companhia das Letras.
- Godbout, Jacques (1999). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV.
- Gorz, André (1997). *Misères du présent, richesse du possible*. Paris: Galilée.
- Guattari, Felix; Negri, Antonio (1987). *Os novos espaços de liberdade*. Coimbra: Centelha.
- Hayek, Freidrich (1990). *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Inst. Liberal, 5ª ed.
- Holloway, John (2002). *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Buenos Aires: Herramienta.
- Lévy, Pierre (1999). *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola.
- Morin, Edgar (2001). *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed.
- Morse, Richard (1988). *O espelho de próspero*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Negri, Antonio; Hardt, Michel (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Polanyi, Karl (1980). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.
- Quijano, Anibal (1993). “Modernidad, identidad y utopia en América Latina”. In: *Cadernos de Sociologia*, 5, Porto Alegre, UFRGS.
- Razeto, Luis (1985). *Economia de solidaridad y mercado democratico*. Santiago de Chile: Academia de Humanismo Cristiano (3 volumes).
- Rosanvallon, Pierre (2002). *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: EDUSC.
- Santos, Boaventura (2000). *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.
- Smith, Adam (1983). *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural.
- Singer, Paul (2002) *Introdução à Economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.